



O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Declaro iniciada a 3ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Esteves Pedro Colnago Junior, que já está aqui presente, para prestar esclarecimentos acerca da Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2019. Também farão parte da Mesa o Sr. George Alberto de Aguiar, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA, de 2019, Senador Waldemir Moka.

Quero registrar também a presença do Senador Dário Berger, Relator da LDO.

Informo que, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2018, de minha autoria, aprovado na continuação da primeira reunião extraordinária realizada em 7 de novembro, com o intuito de debater os cortes no orçamento da Assistência Social e o impacto dessa medida sobre o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, contamos também com a presença dos seguintes participantes: a Sra. Norma Suely Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, e o Sr. José Ferreira da Cruz, Vice-Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social — CONGEMAS.

Quero também registrar as presenças do General de Brigada André Bastos Silva e do Brigadeiro César Darolt, com os quais, há pouco, conversávamos sobre a importância do SISFRON — Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras para aumentar as ações do combate às drogas nas fronteiras do nosso território nacional.

O Projeto de Lei nº 27, de 2018, do Congresso Nacional, estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporá de 30 minutos, ou mais, se for necessário, para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteadado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo que nós vamos estabelecer aqui entre 3 a 5



minutos, tendo o interpelado igual tempo para poder responder, facultada a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Concedo a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Exmo. Sr. Esteves Pedro Colnago Junior.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Sr. Presidente, primeiro gostaria de agradecer o convite. É uma honra estar aqui participando, mais uma vez, de audiência pública na CMO. Desejo cumprimentar o Deputado Mário Negromonte Jr., Presidente da CMO; o Senador Waldemir Moka, Relator-Geral da LOA; o Senador Dário Berger, Relator da LDO; o Sr. George Alberto de Aguiar, Secretário de Orçamento Federal; a Sra. Norma Suely, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social; o Sr. José Ferreira da Cruz, Vice-Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social; o General de Brigada André Bastos Silva, o Brigadeiro César Darolt, os Srs. Parlamentares, os profissionais de imprensa, as senhoras e os senhores presentes.

O meu objetivo é explicar a proposta de orçamento encaminhada ao Congresso Nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Com relação aos parâmetros econômicos, gostaria de destacar que essa grade é de julho, na época do envio da peça orçamentária. Dentro dessa grade, que, de alguma forma, ainda está bem atualizada em relação às grades mais atuais, ou aos parâmetros macroeconômicos mais recentes, talvez a maior diferença esteja no INPC acumulado de 4,20%, que pode ser um pouco maior. Mas aí ele terá implicações no cômputo do salário mínimo. O salário mínimo é o crescimento do PIB do ano anterior mais a expectativa de inflação, a previsão da variação do INPC. Então, se houver uma variação do INPC um pouco maior do que aquilo que nós havíamos projetado, a definição do salário mínimo será um pouco maior do que aquilo que havíamos previsto, ou seja, de 1 mil e seis reais. Lembro que cada 1 real a mais no valor do salário mínimo implica em um adicional, na necessidade de 304 milhões de reais. Então, talvez, tenha algum ajuste nessa parte especificamente em relação à grade anteriormente encaminhada.

Nesse outro quadro, nós temos a trajetória das principais contas fiscais em que se tem um resultado de déficit decrescente ao longo do tempo. Neste ano a nossa meta é de 159 milhões; para 2019, 139 milhões; para 2020, 110 milhões, e, para 2021, 70 milhões.



Quer dizer, o que se vê é uma redução ao longo do tempo do déficit fiscal, que está basicamente ancorado no teto dos gastos. É o teto dos gastos que nos permite fazer a previsão de que, ao longo do tempo, nós teremos déficits decrescentes.

Com relação a 2018, nós temos a expectativa de que o valor a ser alcançado, ao final do ano, seja menor do que os 159 bilhões, talvez uns 20 bilhões abaixo disso, ou algo um pouco acima disso. Então, nós imaginamos que vamos ter um resultado melhor em relação à meta. Eu destaco que ainda assim nós teremos um déficit substancial. É um resultado melhor, mais substancial de déficit, que se caminha ao longo do tempo e demonstra ou reafirma a importância da manutenção do teto dos gastos.

O próximo eslaide, na verdade, só mostra a abertura das contas da receita — total, receita líquida, despesa, resultados —, e é um pouco de repetição do eslaide anterior. Não há nenhuma novidade com relação a esse eslaide, não há nenhum ponto especificamente a chamar a atenção. Só vale a pena chamar a atenção para a despesa de 1.389 bilhão, ou 19,6% do PIB, que talvez seja menor ao final do ano, porque aqui nós estamos considerando que iríamos atingir a meta de 159 bilhões. Se nós alcançarmos um resultado menor da meta, talvez essa despesa que está aqui colocada seja menor, e nós não tenhamos 19,6%, mas um valor abaixo de 19,6% — o que estaria em linha com o que foi realizado em 2017, que foi 19,5% do PIB. Talvez nós tenhamos aqui um valor abaixo de 19,6%, e estamos projetando, para 2019, 18,6%. Teríamos uma relação cadente das despesas em relação ao PIB, que está alinhado com o teto dos gastos.

Com relação à evolução das receitas primárias, a única coisa que eu também gostaria de chamar a atenção é que, na linha das concessões e permissões, nós estimamos que o valor de concessões e permissões será de 15,6 bilhões. Como foi falado ao longo do ano, nós procuramos construir um orçamento o mais prudente possível para o próximo Governo. Esta estimativa de arrecadação de 15,6 bilhões é, na nossa visão, conservadora. Ela considera a ELETROBRAS, a continuidade do processo de venda da ELETROBRAS — são 12,2 bilhões — e os restantes 3,4 bilhões, que seriam aquelas concessões, as vendas de poços de petróleo que já ocorreram e que serão pagas ao longo do ano.

Nós não previmos, não embutimos nenhuma nova oferta de áreas de petróleo. Há a possibilidade de a receita ser maior do que esta, mas nós procuramos ser conservadores. Além disso, teríamos a cessão onerosa, que também não está prevista aqui, mas que é um



volume de recursos substancial, e, se for concretizado ao longo de 2019, poderia ajudar muito ao próximo Governo, em especial no seu primeiro ano.

Com relação às despesas, eu queria chamar a atenção para alguns pontos. Se nós olharmos a linha da Previdência e a linha da despesa com pessoal, tanto em relação ao PIB quanto em relação à participação na despesa total, nós veremos um acréscimo em relação a 2018 para 2019. Em relação ao PIB, a despesa da Previdência mais a despesa de pessoal, que somam 13,6%, vão crescer. Nós estamos projetando para 14,7% do PIB, que é um crescimento de um 1,1%.

Na mesma linha, se nós somarmos Previdência e pessoal com relação ao total de despesas — quer dizer, 42,7 mais 21,6 —, 64% da despesa total hoje são com Previdência e pessoal. Esse montante cresce para 66% em 2019, um crescimento de dois pontos percentuais.

Na linha inversa, onde o ajuste está sendo feito, ele está sendo feito nas despesas discricionárias. Gostaria de chamar a atenção, em especial, para a queda das despesas de investimento, que saem de 37,7 bilhões para 27,4 bilhões. Há um decréscimo de 10 bilhões no investimento. Nós não temos uma variação tão grande assim no custeio, porque há um mínimo da saúde e o mínimo da educação que nós temos respeitado. Temos, na realidade, apresentado acima dos mínimos. Isso faz com que a despesa de custeio tenha uma menor flexibilidade para a redução. Então, a redução acaba tendo um peso maior em cima dos investimentos.

Só para reafirmar o raciocínio que eu acabei de explicar, esse eslaide mostra o total das despesas obrigatórias que vai alcançar 97% das despesas. Há um engessamento crescente por parte do orçamento do Governo. Em grande parte, ele é explicado pelo crescimento da Previdência e pela manutenção da despesa com pessoal. A despesa com pessoal não tem apresentado um crescimento, mas ela tem se mantido constante, e é o segundo maior gasto obrigatório dentro do orçamento do Governo.

Relembro a regra de ouro que dispõe a Constituição. O que é regra de ouro? Eu só posso me endividar no volume de investimentos que são realizados. Eu não posso me endividar para fazer despesas correntes. Esse é o grande raciocínio da regra de ouro. Caso isso venha a acontecer, a Constituição já disciplina. Eu devo encaminhar ao Congresso uma solicitação de PLN específico para cumprir, observar ou voltar a cumprir a regra de ouro.



Portanto, nós encaminhamos uma estimativa de insuficiência para o cumprimento da regra de ouro no valor de 258 bilhões, que precisam ter esse tratamento pelo Congresso.

Voltando à regra de ouro, eu vou começar pelo item dois: total de despesas de capital, quer dizer, aquilo que seriam os investimentos de 1,165 trilhão. O volume de emissão de dívida que eu posso fazer está limitado a isso. Então, eu só posso emitir dívidas, que seria 1,1 — de 1,165 trilhão, mas eu tenho despesas de 1,424 trilhão. A diferença entre 1,424 trilhão e 1,165 trilhão são os 258 da insuficiência da regra de ouro. É isso que o Congresso, após o envio do PLN pelo Executivo, precisa aprovar para que eu cumpra a regra de ouro.

Dito de uma maneira que eu acho mais intuitiva, eu tenho um total de receitas que não são de operações de crédito — é a receita do dia a dia da minha casa, é o meu orçamento diário, o meu salário — de 1,838 trilhão, mas eu tenho despesas correntes de 2,096 trilhões. Bem, então eu preciso ir ao banco, eu preciso ir a um local para ele financiar a minha despesa que eu não consigo pagar com o meu salário. Eu preciso que alguém me autorize a buscar 258 bilhões. Essa é a regra de ouro.

Dado que nós temos uma insuficiência com relação à regra de ouro, nós adotamos três premissas a serem seguidas. Como escolher as despesas que ficariam condicionadas ao envio ao Congresso Nacional para a aprovação e o cumprimento da regra de ouro? Precisam ser despesas correntes primárias; precisam ser despesas que em algum exercício financeiro já vêm sendo pagas com emissão de dívida; e precisam ser despesas cujo montante comporte eu ter uma disponibilidade de recursos até, pelo menos, junho ou julho do próximo exercício. Isso permite que o próximo Governo encaminhe um projeto de lei ao Congresso Nacional e o Congresso Nacional tenha tempo suficiente para aprovar esse projeto de lei e não traga maiores prejuízos às despesas que ali estão. São despesas registradas, estão no orçamento, nós reconhecemos que elas existem, mas nós precisamos observar também a regra de ouro.

Dadas essas premissas, nós escolhemos ou selecionamos esses conjuntos de despesas. O primeiro conjunto de despesas são os benefícios previdenciários. Nós temos uma necessidade de despesas previdenciárias de 637 bilhões. Desses 637 bilhões, 436 bilhões têm fonte própria. Então, eles não poderiam servir para fins de cumprimento da regra de ouro. Eu não posso falar que uma despesa que tem fonte própria vai passar a ser financiada com emissão de dívida. Então, restam não financiados com receita própria 201 bilhões, que seriam financiados com emissão de dívida.



A mesma lógica vale também para o BPC — Benefício de Prestação Continuada. Nós temos um conjunto de despesas, mas não temos a receita financiada. Vale a lógica de que é uma despesa primária, com volume suficiente para que até junho ou julho do próximo exercício não haja qualquer preocupação com relação ao BPC, ao Bolsa Família e às demais despesas que estão aqui. São despesas meritórias. Não há qualquer Parlamentar que não as entenda como meritórias. Então, são despesas que terão uma aprovação tranquila ou facilitada dentro do Congresso Nacional.

Também tivemos a preocupação de buscar despesas em que não haja oposição aparente por parte do Congresso Nacional. Obviamente, são todas despesas muito importantes para o Governo. No caso específico do Bolsa Família, o Governo deu dois aumentos para o Bolsa Família, acabou com a fila no Bolsa Família. É um projeto meritório, importante, que não tem oposição.

É muito importante ter essa tranquilidade para que o Congresso aprove esse PLN. Pela primeira vez na história, vai utilizar um PLN disposto na Constituição. Então, que sejam despesas que não tenham uma resistência ou uma oposição a elas. Buscamos despesas que dessem essas características ao novo Governo e também ao novo Congresso Nacional.

Passada a regra de ouro, nós tivemos as premissas também para a elaboração da peça orçamentária. Nós buscamos, dentro do possível, preservar ao máximo os gastos na área social. Nós buscamos ao máximo preservar os investimentos estruturantes. Nós cumprimos a elevação dos gastos na educação em relação a 2018, que era uma regra prevista na LDO. Nós compensamos os demais Poderes além daquilo que nós havíamos previsto em um primeiro momento. Essa compensação que nós crescemos vai estar mais à frente, mas acho que foi 1,1 bilhão de auxílio aos demais Poderes. E nós observamos o teto dos gastos.

Com relação aos demais Poderes, em 2018, houve uma passagem do Poder Executivo para os demais Poderes de 2,104 bilhões. De 2018 para 2019, nós incrementamos — e fomos ao teto daquilo que a PEC dos Gastos nos permite — 3,3 bilhões aos demais Poderes. Então, o Executivo foi ao limite do que ele poderia para auxiliar os demais Poderes.

Esse eslaide tem como objetivo deixar um pouco mais claro aquilo de que falei dois eslaides atrás: buscou-se garantir ou alocar recursos para os gastos sociais. Então, a maior



diferenciação de um exercício, de um orçamento para o outro, foi nos benefícios da Previdência, em que houve um crescimento de quase 45 milhões de reais; em pessoal e encargos, 24 milhões; em abono, seguro-desemprego, benefícios, enfim. Aí estão discriminados os grandes grupos de despesa em que fica clara a preocupação de alocar recursos na área social e em outras áreas também importantes para o Governo, em gastos estruturantes.

A mesma lógica vale também para os diversos órgãos. O órgão mais beneficiado — até por ser uma despesa obrigatória, e não haveria nem como ser diferente disso, porque o benefício previdenciário vem crescendo — foi o Ministério do Desenvolvimento Social, que foi beneficiado com 49 milhões; o Ministério da Educação, com 10 milhões; o Ministério da Defesa, com 4,7 milhões. E assim estão, de forma decrescente, os incrementos feitos nos diversos órgãos com relação ao orçamento anterior.

Há uma coisa importante a se deixar clara aqui. O orçamento dos diversos órgãos, principalmente sociais, efetivamente cresceu de um orçamento para o outro. Entretanto, isso não quer dizer que esses órgãos tenham mais espaço para fazer políticas sociais. Um grande pedaço desse crescimento, em alguns desses órgãos, está sendo levado por despesas obrigatórias, entre elas a Previdência e as despesas com pessoal.

Existem orçamentos de Ministérios que cresceram bastante, mas a despesa com pessoal também cresceu bastante. Então, o espaço para a política não necessariamente cresceu na mesma magnitude.

Aqui vemos os órgãos que apresentaram variação negativa de um orçamento para o outro. Eu vou destacar alguns.

Nos Ministérios dos Direitos Humanos, do Esporte, do Turismo, da Cultura, das Cidades e da Integração houve uma variação menor de um orçamento para o outro porque a base de comparação do orçamento anterior já computava emendas — e esses órgãos recebem bastantes emendas. Então, se nós retirarmos o valor de emenda desses órgãos, veremos que eles tiveram pequeno crescimento ou se mantiveram de forma constante.

A mesma lógica vale para o Ministério da Saúde. Se nós considerarmos as emendas, o Ministério da Saúde manteve ou teve pequeno crescimento. Na realidade, houve um pequeno crescimento.



Com relação à Presidência, há uma variação muito grande, de mais de 1 bilhão, porque neste ano houve o crédito da intervenção no Rio Janeiro, algo que não vai acontecer no próximo exercício.

Com relação ao Planejamento, houve uma redução no pagamento de organismos, na realidade, de aporte de capital em instituições financeiras internacionais, como FONPLATA, CAF. No ano que vem, nós vamos ter um valor menor. Isso justifica a variação no Ministério do Planejamento.

Em relação a encargos financeiros da União, não há previsão para o Fundo de Financiamento de Campanhas Eleitorais.

No Ministério da Fazenda, houve ainda neste ano um pedaço de desoneração da folha, Lei Kandir, para a qual não há previsão no próximo exercício, e subsídios.

No Ministério de Minas e Energia, Crédito Extraordinário do Óleo *Diesel*. Aquela variação muito negativa do Ministério de Minas e Energia se explica pelos 9,5 bilhões do óleo *diesel*. Se nós tirarmos esse crédito extraordinário, constataremos que houve um crescimento do Ministério de Minas e Energia.

Por último — e eu fico à disposição para as perguntas — este eslaide busca comprovar que nós estamos não apenas cumprindo o mínimo estabelecido para a saúde, como também o mínimo estabelecido para a educação, mas também superando os dois mínimos. No caso do orçamento do Ministério da Saúde, nós o estamos superando em 200 milhões; e, no caso do Ministério da Educação, nós o estamos superando em quase 18 milhões.

Então, há observância quanto aos mínimos estipulados tanto para a área da saúde quanto para a da educação. Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Ministro, mais uma vez, a participação aqui conosco, para esclarecer alguns pontos. A todo momento chegam alguns questionamentos à Presidência, ao Relator, à Comissão. Então, foram esclarecedores alguns pontos.

Eu queria agradecer, Ministro. Hoje nós teríamos somente essa apresentação, e os questionamentos seriam pautados em torno dessa apresentação. Entretanto, V.Exa., sabendo da importância do requerimento para falar sobre o SUAS — Sistema Único de



Assistência Social, cuja entrada nós demos na semana passada, abriu espaço para que pudéssemos conversar hoje sobre esse assunto também.

Sobre isso, Sr. Ministro, vamos de logo passar a palavra aos representantes, para que falem um pouco sobre esse requerimento.

Esse requerimento foi de nossa autoria — e confesso que fiquei um pouco preocupado. Ministro, V.Exa. sabe que eu venho de uma região muito pobre, sou sertanejo. A Região Nordeste, principalmente na Bahia, é uma região que infelizmente depende muito da ação social e de programas como o Bolsa Família. Chegou ao conhecimento da Comissão, depois de ouvir tudo o que V.Exa. falou, que o próximo ano vai ser um ano muito difícil, em que o Orçamento vai ser um orçamento real. Vamos ter o primeiro ano com a adoção da regra de ouro, e a PEC do Teto terá que ser cumprida com a linha estabelecida para o próximo ano. A margem orçamentária diminui a cada ano. Nós vamos sentir muito tudo isso, mas eu não poderia deixar, Ministro, de propor este debate na Comissão, tendo em vista a importância do trabalho social do SUAS, a importância dos serviços prestados.

Quando chegaram à Comissão os números relacionados a esses serviços, no valor de 1,5 bilhões, que estariam fora do Orçamento de 2019, assim como também os números da Previdência, 30 bilhões, somados aos 15 bilhões do Bolsa Família, totalizando de 46,5 bilhões. Eu confesso que fiquei bastante impressionado com os números. Além disso, o número de pessoas que seriam atingidas, 7 milhões em relação Bolsa Família, mais quase 3 milhões em relação ao BPC.

Por isso, a importância de fazermos aqui este debate, até para V.Exa. falar um pouco sobre o porquê desse rebate no Orçamento.

Explicado aqui o porquê do nosso requerimento, vamos passar a palavra primeiro às mulheres.

Antes de conceder a palavra, a tempo de a Sra. Norma recuperar o fôlego ali, quero esclarecer aos demais convidados que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para expor as suas considerações, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Como temos dois expositores, serão concedidos a cada um 10 minutos para discorrerem sobre o tema, prorrogáveis a juízo da Comissão.

Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, a Sra. Norma Sueli Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS.



A SRA. NORMA SUELY CARVALHO - Boa tarde a todos e a todas. É um grande prazer e uma honra estarmos aqui para tratarmos de assunto de tanta importância.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Ministro, e agradecer à Casa a oportunidade de fazer esta fala pelo Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS.

O Conselho Nacional de Assistência Social, no uso das suas competências, através da Lei 8.742/1993, LOAS, apreciou e aprovou, por meio da Resolução CNAS nº 16, de 2018, a Proposta Orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2019.

Essa proposta totalizava cerca de 61 bilhões, destinados aos serviços, benefícios, programas e projetos ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social — SUAS.

O orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, na Resolução 20, de 13 de dezembro de 2018, apresenta a necessidade para a manutenção dos serviços e benefícios socioassistenciais sem expansão. O Benefício de Prestação Continuada ofertado à pessoa idosa e com deficiência consiste em despesa obrigatória, porque é previsto constitucionalmente. Portanto, a prioridade de recomposição deve correr para os serviços socioassistenciais, a fim de que não ocorra descontinuidade das ofertas e impacto da assistência à população mais vulnerável, conforme demonstrado através dessa tabela.

Ações de Proteção Social Básica que sofrerão impacto com o atual corte do orçamento: diminuição dos atendimentos nos Centro de Referência de Assistência Social por cerca de 10 milhões por ano a pessoas e famílias em situação de desemprego, fome, iminência de violência doméstica, destacando a necessidade de proteção a públicos específicos, como idosos e pessoas com deficiência e crianças; Ações de Proteção Social Especial: diminuição dos atendimentos nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social por cerca de 50% dos atendimentos às pessoas e famílias em situação de violência doméstica ou comunitária; diminuição dos atendimentos às pessoas em situação de rua por cerca de 280 mil por mês no cenário de aumento desse grupo populacional frente à crise econômica; diminuição das equipes que atendem e identificam pessoas na rua, incluindo crianças e adolescentes em trabalho infantil e/ou exploração sexual, que impacta na redução por cerca de 700 mil atendimentos; diminuição de 133 mil vagas em abrigos, orfanatos e asilos, que impacta na redução de 39 mil vagas para crianças e adolescentes, 58 mil vagas para idosos e 27 mil para adultos desabrigados ou em situação de rua.



Nesse valor não está incluída a redução da metade do orçamento do Programa Bolsa Família. Essa redução do orçamento impactará diretamente no corte dos benefícios do Programa Bolsa Família para cerca de 7 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Conselho Nacional de Assistência Social tem-se mobilizado para reverter essa situação e já aprovou a Resolução nº 20, de 2018, solicitando a recomposição do Orçamento e o aumento do Orçamento de 2019, conforme aprovado pelo CNAS na Resolução nº 16, de 2018.

Criou um grupo de trabalho de incidência política com o intuito de elaborar estratégias e articular, juntamente com Parlamentares, a recomposição do Orçamento.

Enviou Ofício Circular nº 3, de 2018, para todos os Parlamentares com o Manual das Emendas Parlamentares e com dados do impacto do corte orçamentário da Assistência Social.

Estamos compondo com o CONGEMAS — FONSEAS e a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS e já participamos de dois atos na Câmara dos Deputados alusivos a essa temática. Hoje buscamos nesta audiência demonstrar, de forma inequívoca, os prejuízos desse corte drástico no orçamento da Assistência Social.

Compreendemos as questões financeiras e orçamentárias diante da crise econômica e política que o País enfrenta, mas estamos também diante dessa crise que poderá se agravar muito mais com uma população muito mais empobrecida e com falta de oportunidade de serviços, que, de alguma forma, pode diminuir essas demandas.

Então, a nossa grande preocupação com a aprovação do Orçamento como ele está previsto está relacionada aos impactos sociais que serão apresentados no próximo ano e que, com certeza, serão demonstrados nas atividades realizadas por este Conselho nos Municípios, porque os Municípios é que vão verificar as maiores dificuldades em dar conta de atender ao público crescente em busca da Assistência Social.

É por isso que nós estamos aqui buscando sensibilizar esta Comissão e os Parlamentares no intuito de tentarmos encontrar alternativas para garantir o mínimo de cortes pelo menos no Orçamento para a Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Vou passar a palavra ao Ministro para que ele possa responder logo após a exposição dos nossos convidados.

Com a palavra o Ministro, pelo tempo que achar necessário.



O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Quería cumprimentar de novo a Sra. Norma.

É possível colocar os eslaides? *(Pausa.)*

Nós sabemos da importância de todos os gastos que estão aqui, tanto da Previdência, do BPC, do Bolsa Família, subsídios. Quer dizer, todos são gastos essenciais, necessários, meritórios. Todas as despesas estão no Orçamento. Então, não houve corte de despesa, todas estão contabilizadas. Essa foi uma opção que nós adotamos por entender que é a mais transparente possível. Quer dizer, todas as despesas constam do Orçamento. Portanto, não há que se falar que nós não contabilizamos, não previmos a despesa. Então, as despesas estão previstas no Orçamento da União, e o valor é um pouco maior do que o disponível neste exercício. Portanto, existem, estão lá, são maiores do que as que estão aqui. O que nós precisamos é atender a um dispositivo constitucional. Eu preciso prever quais despesas que vão precisar de uma autorização especial do Congresso.

Sendo assim, o que nós buscamos mais uma vez são despesas que comportem dentro do exercício um volume ou um prazo, para que haja essa aprovação específica no Orçamento. Então, precisa ser uma despesa grande, robusta. Deve-se dar de 6 a 7 meses para que o novo Presidente encaminhe o PLN, para que o Congresso delibere sobre ele e o aprove. Nós buscamos despesas que não tenham nenhuma ou uma baixa resistência. Eu desconheço qualquer resistência por parte de Parlamentares ou por parte de qualquer partido político com relação ao SUAS, ao Bolsa Família, à Previdência. Enfim, são despesas que terão uma tramitação facilitada no Congresso. Nós não vemos nenhuma resistência quanto a isso.

Se não forem essas despesas, quais seriam as despesas que teriam essas características como essas aqui? O que nos resta é folha de pagamento dos servidores. Dentro da folha de pagamento dos servidores, eu precisaria olhar quais delas não têm receita vinculada. Então, eu teria que entrar Ministério a Ministério, porque vários têm fontes vinculadas.

Pegando o exemplo dos auditores da Receita, dos procuradores da Fazenda. O salário deles é pago com o FUNDAF. Há uma fonte de receita vinculada ao pagamento dessa categoria. Eu não tenho como desconsiderar essa fonte e considerar a folha de pagamento desses servidores na regra de ouro. Então, resta um conjunto muito pequeno de outras despesas para poder compor isso. São despesas que não necessariamente



teriam uma tramitação tão facilitada no Congresso Nacional. É importante, até por ser o primeiro ano em que nós testaremos um dispositivo constitucional que nunca foi testado, que a tramitação no Congresso Nacional seja a mais tranquila possível.

As despesas todas que estão aqui não têm resistência por parte do Congresso. Nós não vemos nenhum risco. As despesas estão contabilizadas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Dando continuidade, vamos ouvir, pelo tempo de 10 minutos, o Sr. José Ferreira da Crus, Vice-Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social — CONGEMAS.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA CRUS - Boa tarde a todos e a todas.

Quero externar nossa alegria em poder participar desta audiência extremamente importante com um tema que para nós é muito caro.

Quero cumprimentar o Deputado Mário Negromonte Jr. e o nosso Senador Waldemir Moka. Quero agradecer em nome dos nossos 5.570 gestores municipais da assistência social pela sensibilidade e pela acolhida da nossa reivindicação, da nossa proposição, para um diálogo nesta Casa acerca do Sistema Único de Assistência Social.

Recebam nosso carinho e nosso abraço. Que bom para os Estados dos senhores tê-los aqui como representantes sensíveis à nossa política pública de assistência social.

Quero cumprimentar o Sr. Esteves Junior, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. George Aguiar, Secretário de Orçamento Federal; e a Sra. Norma, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Com muito carinho também quero cumprimentar o nosso Deputado Federal Danilo Cabral, Presidente da nossa Frente Nacional em Defesa do SUAS nesta Casa.

Quero pedir o apoio para que coloque a nossa apresentação.

Ministro, eu acho que nós temos sempre que afirmar e reafirmar, neste campo de proteção social, o direito constitucional. Nós estamos falando de uma política pública que foi acolhida na Constituição Federal de 1988. Então, nós estamos falando de um direito constitucional meu, seu, de toda a população, que requer do Estado proteção social. Acho que o primeiro registro importante a se fazer é que nós estamos tratando de um direito constitucional, de uma política pública embasada nas suas normativas, nas suas regulações. Essa é a primeira questão.

Há pouco tempo, Ministro, nós ressignificamos o lugar da assistência social no nosso País com a implantação do maior sistema de proteção social do mundo, o Sistema Único



de Assistência Social. Nós estamos falando de um sistema que opera serviços e benefícios. Não dá para falarmos assim: *"O BPC está aqui, o Bolsa Família está aqui e os serviços estão ali"*. Não! Nós estamos falando de um sistema de proteção social que implantamos a partir de 2005, neste País, que alcança as famílias mais pobres e mais vulneráveis do nosso País. Então, nós estamos falando de um sistema de proteção muito caro e muito importante. Nós temos que ter o cuidado, o zelo para com essa política pública, tendo em vista sua missão no nosso País.

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 204, diz que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195 — como o senhor bem compreende —, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes, que a própria Constituição nos coloca: a descentralização político-administrativa, a participação social.

Nós temos aqui uma compreensão muito importante. No campo da assistência social, assim como no da saúde e da educação, nós temos uma gestão compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Então, há uma gestão compartilhada, há corresponsabilidade para com as políticas públicas e sociais.

Preocupa-me bastante, Deputado Mário, que a assistência social não apareça junto com a educação e a saúde. São direitos constitucionais que têm o mesmo patamar. Então, às vezes, evidenciam a educação, a saúde, mas a assistência social aparece como ação social. Ela não é mais ação social; nós ressignificamos esse lugar da assistência social com o Sistema Único de Assistência Social, que nós implantamos no País.

Além disso, a Lei Orgânica da Assistência Social fala sobre o financiamento dos benefícios. Compreendemos que temos os benefícios que substituem renda da família pobre, o BPC. Observem que estamos falando de benefícios que substituem a renda da família. Quando se condiciona 50% desse benefício, ficando a critério de uma solicitação de um crédito para 2019, isso nos chama muito a atenção. Outras áreas não tiveram esse tipo de condicionamento. Por que isso? Não podemos ter uma mão de ferro sobre os pobres deste País. Nós temos que ter muita atenção a essa questão.

Na LOAS, Ministro, o financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos da assistência social são materializados com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da própria Carta Magna, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social. Então,



nós temos uma gestão que é compartilhada, como eu já disse. Carta Magna, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social. Então, nós temos uma gestão que é compartilhada, como eu já disse.

Nós avançamos, porque nós fizemos uma ruptura importante, Ministro, em 2005. Com a implantação do SUAS, nós fizemos uma ruptura da lógica convenial, que ainda prevalecia no campo da assistência social, para uma lógica de transferência automática, vamos dizer assim, entre os fundos de assistência social. Nós fizemos uma ruptura com a lógica da CND, que era uma exigência para esse direito constitucional, uma ruptura com a lógica convenial. Tivemos um avanço importante nessa política pública, e isso tem que ser muito compreendido.

Portanto, essas transferências hoje automáticas de recursos dos fundos da assistência social se caracterizam como despesas públicas no campo da seguridade social.

Uma questão importante é que nós temos um parecer da AGU que dispõe sobre a organização da assistência social. Esse parecer reconhece os recursos da assistência social como obrigatórios. Por ser uma transferência legal amparada na própria Lei Orgânica de Assistência Social, deveria ser implementada como obrigatória, conforme a interpretação jurídica normativa pelo parecer da própria CONJUR do Ministério do Desenvolvimento Social, com aceitação da própria AGU. Esta é uma questão também importante que nós demarcamos, porque às vezes ainda compreendem os nossos serviços como sendo pontuais, ancorados em programas, e não o são. Os serviços de assistência social são de caráter continuado. Portanto, há obrigatoriedade dos repasses dos recursos.

A Lei Orgânica de Assistência Social também nos autorizou, nos Municípios, Ministro, a fazer concurso público, a implementar o CRAS — Centro de Referência de Assistência Social, o CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Eles são unidades públicas estatais com servidores efetivos. Qualquer corte nesse orçamento inviabiliza a sua operacionalização no âmbito dos Municípios.

Os senhores podem entender o que a Presidente Norma disse sobre o desrespeito às instâncias de pactuação e de deliberação no campo da assistência social. Vejam o orçamento que o próprio Conselho Nacional de Assistência Social aferiu à área e o que foi, de fato, executado ao longo dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018, no campo da própria assistência social, tanto para os serviços como para os próprios benefícios.



Eu quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras — olhem esses eslaides — a respeito da redução do repasse federal e a descontinuidade do cofinanciamento da União, de 2016 a 2018. O Ministro está nos chamando a atenção — se eu entendi bem, queria que o senhor aprofundasse melhor isso — para o fato de que esses são recursos condicionados. Nós temos recursos que são dos serviços e dos benefícios. Quando digo "benefícios", leia-se BPC e Bolsa Família. Em 2016, para os serviços foram destinados 2,1 bilhões de reais; em 2017, 2,1 bilhões de reais. Em 2018, fomos para 2,8 bilhões de reais, mas, para 2019, nós temos uma previsão para os serviços de 1,6 bilhões de reais.

Aqui nós estamos falando do Centro de Referência de Assistência Social, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, das Unidades de Acolhimento Institucional para pessoa idosa, para crianças e adolescente, para famílias, enfim, e do Benefício de Prestação Continuada — BPC. E o senhor já mostrou aí os 30 bilhões e os 15 bilhões de reais que estão condicionados do Programa Bolsa Família.

O que isso implica? Com o corte de benefícios do BPC, da forma como está colocada — o senhor já explicou, há condicionamento para 2019 —, nós estamos falando de cerca de 2,3 milhões de pessoas com deficiência e idosos ou da descontinuidade do pagamento do benefício para 4,6 milhões de pessoas com deficiência e idosos neste País. No campo do Bolsa Família são 7 milhões — esses se não conseguirmos esse crédito de 15 bilhões de reais no próximo ano, no próximo Governo — de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no País ou a descontinuidade do pagamento do benefício para 13,9 milhões de famílias no nosso País. No campo dos serviços há uma interrupção. Se esse 1,6 bilhão de reais não for recomposto, teremos a interrupção de 17 mil serviços socioassistenciais ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, nos Centros de Referência Assistência Social — CRAS, Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, no Acolhimento Institucional, os quais atuam diretamente em situação de vulnerabilidade ou risco social por ocorrência de abuso sexual, abandono, situações de dependência, violência doméstica, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, situação de trabalho infantil, situação de rua, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, entre outras situações de violência.

Existem mais de 8 mil CRAS. No mínimo, um em cada Município brasileiro será fechado, se não houver esta recomposição do Orçamento para os serviços das assistências



sociais. Mais de 2.500 CREAS, em metrópoles, capitais e Municípios de médio e grande porte, serão afetados com esse corte; serão afetados também quase 300 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, hoje estruturados e implantados nas grandes cidades, nas metrópoles — o senhor sabe que o fenômeno da população em situação de rua nos desafia neste campo da assistência social —; mais de 500 abrigos para crianças e adolescentes, com mais de 20 mil vagas, serão comprometidos; quase 2 mil abrigos para idosos, com mais de 50 mil vagas, serão comprometidos; mais de 200 Centros-Dia de atenção à população idosa e pessoas com deficiência serão comprometidos e também mais de 300 mil idosos que hoje participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do campo da assistência social.

Portanto, o que nos traz aqui e nos mobiliza, Sr. Ministro, é o que V.Exa. está chamando de condicionamento: condicionamento de 1,6 bilhão de reais nos nossos serviços, 15 bilhões de reais no Programa Bolsa Família e 30 bilhões no âmbito do Benefício da Prestação Continuada. Esses são benefícios que substituem a renda da família mais pobre e mais vulnerável deste País, e o benefício do Bolsa Família, que complementa a renda das famílias que vivenciam vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais.

Quero muito agradecer, em nome de toda a nossa Diretoria, em nome dos 5.570 Secretários e Secretárias Municipais da Assistência Social, a oportunidade do diálogo e da busca de recomposição do orçamento deste sistema de proteção social, que nós estruturamos há pouco tempo no nosso País.

O Sistema Único de Assistência Social, Ministro, com as suas ofertas, serviços e benefícios, foi fortemente responsável por tirar do mapa da fome mais de 40 milhões de famílias, de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Parece que havia outro questionamento da Sra. Norma. Vamos conceder a palavra à Sra. Norma para podermos encerrar e passar a palavra aos Parlamentares.

A SRA. NORMA SUELY CARVALHO - Gostaria de fazer uma pergunta, Sr. Ministro. Quando o senhor fala dos benefícios, do Benefício de Prestação Continuada, do Bolsa Família, como eles são despesas obrigatórias, eles estariam sujeitos a essa autorização específica. Por isso eles teriam sido colocados desta forma para facilitar, na verdade, em 2019, que eles tivessem uma deferência, por parte dos próprios Parlamentares ao concederem essa autorização.



Com relação aos serviços, eles não têm essa mesma característica, porque estariam categorizados como despesas discricionárias. Dessa forma, qual seria o tratamento para os serviços dentro dessa perspectiva de autorização específica? Para nós, dentro do Sistema Único de Assistência Social, nós não conseguimos conceber como transferência de renda os benefícios, tanto o Bolsa Família quanto o Benefício de Prestação Continuada. Eles só vão continuar existindo de fato, porque eles não são simplesmente a transferência de renda, se forem atrelados aos serviços que são executados nos Centros de Referência da Assistência Social, tanto da proteção social básica quanto da proteção social especial. Então, só para que nós possamos entender: qual seria o tratamento dos serviços com relação a essas autorizações específicas?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Quero registrar a presença aqui, antes de passar a palavra ao Ministro, do Líder do Governo no Congresso, o Deputado Andre Moura. Convido V.Exa. para fazer parte da Mesa aqui conosco.

Passo a palavra ao Sr. Ministro, para responder aos questionamentos.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Gostaria mais uma vez de agradecer ao Sr. José Ferreira e à Sra. Norma.

Vou começar pelo questionamento acerca dos serviços. Na realidade, nesses 2,8 bilhões de reais, considera-se o Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA que nós encaminhamos, 1,52 bilhão de reais. Sobre esse valor vieram emendas que agregaram, e o total chegou a 1,8 bilhão de reais — mais emendas impositivas. E, aparentemente, há uma consideração de um PLN também em tramitação aqui no Congresso para se chegar aos 2,8 bilhões de reais.

Então, o valor que estamos prevendo para o próximo ano é muito semelhante àquele que foi previsto para este ano. E ele não estava sendo alcançado pela regra de ouro. O que nós estamos propondo é aquilo que nós propusemos para este ano. Nós temos um orçamento muito restritivo e a cada ano que passa, como não estamos atacando os programas estruturais do Orçamento, ele fica mais restritivo nas despesas discricionárias. Mas normalmente essa é uma dotação que recebe bastante emenda parlamentar. O que estamos propondo, historicamente, vai ser agregado por emendas. Talvez não cheguemos aos 2,8 bilhões de reais, mas talvez cheguemos a um valor muito parecido com aquele dos outros exercícios. Então, só para comparar, o que foi encaminhado pelo Governo era 1,52



bilhão de reais, e esse valor foi agregado aqui no Parlamento. E imaginamos que esse 1,6 bilhão de reais também seja agregado, mas ele não está alcançado pela regra de ouro.

Entrando na parte da regra de ouro especificamente, ressalto que as despesas estão contabilizadas — isso foi falado também pelo Sr. Ferreira. Não há que se falar que não há despesa contabilizada ou que há redução de despesa no Orçamento. As despesas constam do Orçamento. Ser o mais transparente possível foi uma opção construída em conjunto aqui, com a área técnica do Congresso e com o TCU. Então, todas as despesas estão lá explicitadas — Bolsa Família, BPC, Previdência, todas. Mas há um condicionante constitucional. Este é o primeiro ano em que há uma insuficiência da regra de ouro. Isso nos leva a que algumas despesas passem a depender de uma aprovação específica ou especial por parte do Congresso.

Então, nós tivemos o cuidado de pegar despesas primárias que comportem um condicionamento — e, ainda assim, esses programas sobrevivem por 6 a 7 meses —, lembrando que há 102 bilhões de reais de despesas discricionárias. O volume de despesas discricionárias é baixo em relação à necessidade, distribuído num conjunto muito grande de pequenas despesas. Então, pegar as despesas discricionárias para tentar atender a alguma coisa aqui, primeiro, ia ser difícil, e, segundo, há algumas despesas, a grande maioria delas, cujo contrato é de 12 meses. Se não houver a dotação orçamentária para firmar aquele contrato, o ordenador de despesa não firma o contrato. Então, há dificuldade operacional de distribuição num conjunto muito grande de despesas que são de menor valor, e preciso também dar ao Congresso e ao novo Governo 6 a 7 meses para que essa tramitação ocorra — não posso pôr em risco o fato de ela não ocorrer, porque o ordenador de despesa simplesmente não assina um contrato se não houver dotação orçamentária. O mesmo vale para investimentos, um conjunto grande de investimentos, que estariam alcançados pelos 25,7 bilhões de reais, ou alguma coisa assim.

O que que nos resta de despesa? Restaria, além dessas aqui, a folha de pagamento. Quanto à folha de pagamento, eu também vou ter que entrar em todos os órgãos, porque eu tenho que olhar órgão a órgão para ver qual é a fonte daquela folha de pagamento. Se a folha de pagamento tem uma fonte vinculada ao pagamento da folha, eu não posso utilizá-la para a regra de ouro. E se buscou, dentro do possível, dentro daquelas despesas, aquelas que são absolutamente meritórias. Essas são todas despesas absolutamente meritórias. Todos reconhecemos isso. O Bolsa Família é um programa de sucesso. Não há



resistência por parte de qualquer Parlamentar ou de qualquer partido político quanto à aprovação de programas com esse mérito. Não há questionamento quanto ao mérito. Todos concordamos que é muito meritório.

O que nós temos é uma imposição, pela primeira vez, dada pela Constituição. Nós temos que tratar essa restrição trazida pela Constituição da forma mais responsável possível. Foi isso o que nós buscamos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Ministro, eu quero agradecê-lo também pelas respostas que foram colocadas aqui.

Agora vamos abrir espaço para os Parlamentares. Na outra audiência pública, em que V.Exa. esteve, nós começamos com os Deputados, mas nesta nós vamos começar com os Senadores. Há uma pessoa inscrita que, além de ser mulher e Senadora, é Governadora eleita — e temos que começar com as mulheres.

Assim, vou conceder a palavra à Senadora, Governadora Fátima Bezerra. Depois intercalaremos chamando um Deputado e depois um Senador. Assim, falarão um Senador e um Deputado.

Senadora, o tempo que estamos estabelecendo aqui são 5 minutos, mas fique à vontade. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) - Obrigada. Quero agradecer e já cumprimentar o Deputado Mário Negromonte Jr., o Presidente da CMO, o colega Senador Waldemir Moka, o Relator-Geral do Orçamento, o Ministro do Planejamento e, em seu nome, o Sr. George e os demais integrantes do Ministério do Planejamento, bem como os integrantes da nossa Comissão Mista de Orçamento. Cumprimento os demais colegas Parlamentares, convidados e representantes das entidades.

Inicialmente, Ministro, na condição de Relatora Setorial da área de Previdência, Trabalho e Assistência Social, na semana passada, recebi o Deputado Danilo, que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social, junto com representantes de diversas entidades, como o Conselho Nacional de Assistência Social, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social — CONGEMAS, o Conselho Nacional da Saúde, que traziam exatamente todas as suas preocupações e, por que não dizer, suas angústias, diante dessa realidade em que nós estamos inseridos, que é esse corte brutal na Proposta Orçamentária de 2019 no que diz respeito à área de assistência social. É um corte — nada mais, nada menos, como aqui já foi mencionado —



da ordem de mais de 46 bilhões de reais. Como aqui tem sido enfatizado, isso resultará numa tragédia, que eu espero que evitemos.

Sei da disposição do Senador Waldemir Moka, bem como da disposição do Presidente desta CMO e de todos nós de fazermos um esforço monumental para recompor, Deputado Mário Negromonte, parte desse Orçamento. Quando falamos desse corte de mais de 46 bilhões de reais, estamos falando de vidas humanas. De acordo com um estudo muito bem feito que foi divulgado, isso pode colocar em risco, por exemplo, a vida de mais de 7 milhões de famílias pelo Brasil afora que poderão ficar sem o Bolsa Família. E dispensa comentários o que significa o Programa Bolsa Família para um país como o Brasil, que guarda ainda indicadores muito graves do ponto de vista de desigualdades sociais, Senador Wellington, inclusive na minha região, na Região Nordeste. Esse corte, por exemplo, pode afetar a vida de mais de 2,3 milhões de pessoas com necessidades especiais, idosos em situação de vulnerabilidade social que recebem outro programa muito importante de inclusão social, o chamado Benefício de Prestação Continuada.

Preocupa-nos mais ainda, Senador Waldemir Moka, Ministro Esteves, o efeito que isso possa trazer no que diz respeito aos programas socioassistenciais ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, nos Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua — Centros POP, nas unidades de acolhimento institucional. Nós estamos falando, segundo estudos realizados, da interrupção de mais de 17 mil serviços. E, quando falamos em interrupção, é interrupção mesmo. Se o Governo Federal não fizer a sua parte, eu pergunto: como é que os Municípios vão ter condições de manter essa rede de serviços socioassistenciais funcionando País afora? Não vão ter condições, de maneira nenhuma, inclusive, diante desse momento em que o País vive.

Nós reconhecemos, Ministro, a questão da crise fiscal. Meu Estado do Rio Grande do Norte passa por um dos momentos mais graves de desequilíbrio do ponto de vista fiscal e financeiro, com a desorganização das contas públicas. Chegamos ao ponto — V.Exa., inclusive, deve ter conhecimento disso — de não dispormos há 3 anos de um calendário de pagamento em dia de servidores públicos. Imaginem se esse corte for concretizado!

Essa situação vai se agravar mais ainda, porque não podemos nos esquecer de que estamos vivendo um momento de elevado desemprego e, portanto, de crescimento de desigualdades sociais, de crescimento da fome e da miséria no nosso País, infelizmente.



Então, não tenho nenhuma dúvida da sensibilidade do Ministro e de sua equipe no que diz respeito a todo o empenho, a todo o esforço que deve ser feito para que possamos recompor esse orçamento.

Diz o Senador Waldemir Moka, com sua franqueza e responsabilidade, que recompor na sua totalidade, Deputado Danilo Cabral, é difícil, mas não podemos deixar o orçamento como está. Não podemos, de maneira nenhuma. Repito, estamos falando aqui de vidas humanas.

Então, Ministro, fiz questão de vir aqui, também na condição de Relatora Setorial dessa área — Previdência, Trabalho e Assistência Social —, somar-me aos apelos que aqui têm sido feitos e parabenizar o trabalho feito por essas entidades. V.Exas. não de convir que é um trabalho feito com muita objetividade, seriedade. Na verdade, as entidades estão aqui representando exatamente a vida desses segmentos populacionais do nosso País que vivem sob condições de vulnerabilidade social. São vocês, sim, porta-vozes legítimos, porque essas entidades que aqui estão são entidades que trazem aqui a voz dos gestores, são entidades que trazem aqui a voz dos usuários, a voz dos trabalhadores.

É muito importante, Deputado Mário Negromonte Jr., que esta audiência esteja sendo realizada, porque nosso papel, Senador Moka, enquanto representantes do Congresso Nacional, é realizar um debate respeitoso, propositivo, trazendo a realidade nua e crua, como ela se apresenta.

Dessa forma, Sr. Ministro, queremos deixar aqui nosso apelo junto aos demais Parlamentares. Este Orçamento não pode ficar desse jeito, Ministro Esteves. Não pode de forma nenhuma!

Nós já vivemos tempos da Emenda nº 95, de congelamento dos gastos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos. Há horas, na vida, em que é preciso fazer escolhas. E as escolhas, inclusive do ponto de vista dos dirigentes, do ponto de vista dos governos, têm de levar em conta aquilo que é imprescindível: as vidas humanas. E é disso que nós estamos tratando exatamente aqui.

Eu fico aqui pensando, inclusive, não só como Senadora, porque honrosamente, representei o povo do Rio Grande do Norte, nesses 4 anos, mas eu já me vejo aqui como Governadora eleita de um Estado, repito, incluído na Região Nordeste, com todo o grau de desigualdades sociais que ela apresenta ainda. Eu fico já imaginando o impacto que isso terá sobre os 167 municípios do Rio Grande do Norte!



Nós sabemos muito bem o que isso significa, o peso que isso tem do ponto de vista do Orçamento, peso no bom sentido, porque o Bolsa Família, somado ao Benefício de Prestação Continuada, em muitos Municípios, representa uma renda maior do que, inclusive, o repasse do FPN.

Sempre lembro — eu gosto de lembrar isto — que, a meu ver, o Bolsa Família é um programa de inclusão social, sim, para acudir aqueles que precisam da proteção do Estado, mas o caráter inovador que o Bolsa Família traz é a chamada condicionalidade, a exigência, de que essas crianças estejam na escola. Elas têm de estar na escola e têm de começar logo cedo, Deputado Danilo, inclusive na creche, que é outro desafio que este País tem de enfrentar. Setenta por cento das nossas crianças de 0 a 3 anos estão fora da escola. Daí porque é imperativo o debate sobre o novo FUNDEB, já em curso na Câmara dos Deputados e no Senado também. O novo FUNDEB terá de vir, não só um FUNDEB permanente, mas um FUNDEB forte do ponto de vista de o Governo Federal ampliar a participação financeira junto aos Estados e Municípios.

Portanto concluo, mais uma vez destacando a importância desta audiência pública e conclamando os meus colegas Parlamentares, conclamando a sociedade, a acompanhar este debate, para que nós possamos, sem dúvida nenhuma, Ministro Esteves, ter, por parte do Governo Federal, toda a disposição e, mais do que disposição, a sensibilidade necessária para que este Orçamento seja recomposto. Repito que este Orçamento, Senador Moka, não pode ser aprovado da forma como ele está, porque isso significa condenarmos à miséria e à fome milhares de pessoas, milhares de famílias, em situação de vulnerabilidade social País afora.

No mais, quero dizer que, como integrante desta Comissão e na condição de Relatora Setorial dessa área, estou à disposição para que possamos nos somar, repito, e recompor o Orçamento, a fim de evitarmos esse corte brutal, que significará um enorme retrocesso. O corte é de 50%, ou seja, estão subtraindo mais de 46 bilhões de reais da área de assistência social.

Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Agradeço à Senadora e agora Governadora eleita, Fátima Bezerra.



Vou passar a palavra ao Senador, que abriu mão de usar a palavra. O Deputado Danilo Cabral estava na sequência. Agora daremos a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

Peço que nos atenhamos ao horário, porque a sessão do Congresso Nacional já começou, e temos uma pauta extensa de votações de PLNs. Os vetos seriam votados primeiro, mas o Presidente inverteu a pauta e colocou primeiro os PLNs e depois os vetos. Portanto, teremos a noite toda com votações e precisamos participar. Eu, inclusive, sou Relator de um dos PLNs.

Tem a palavra o Senador Wellington Fagundes por 5 minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) - Sr. Presidente Mário Negromonte Jr., eu quero agradecer ao Deputado Danilo Cabral, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social. Ele tem feito um grande trabalho na defesa da assistência social.

Eu quero registrar também aqui que recebi nesta semana a Presidente do COEGEMAS do meu Estado, Mato Grosso, Solange das Graças, dizendo tudo o que aqui já foi dito. Então, eu acho que aqui não temos que repetir.

Apenas quero dizer que, no meu primeiro mandato ainda, apresentei um projeto criando a Política Nacional do Idoso — esse projeto foi apensado a tantos outros projetos —, que criou depois a LOAS, graças à qual está se fazendo um trabalho relevante em nosso Estado. E isso nos traz preocupação também, porque o Benefício de Prestação Continuada atinge exatamente aquelas pessoas que não tinham direito à aposentadoria, pessoas que trabalharam tanto na vida e estavam abandonadas País afora, e também aqueles portadores de necessidades especiais, para os quais hoje já existe outra terminologia, mas eu acho esse nome ainda mais apropriado. E essas normalmente são as pessoas mais carentes. Então, um programa desses amanhã não ter recursos é claro que nos deixa, a todos nós, não só extremamente preocupados, mas também assoberbados.

A Senadora Fátima Bezerra, Senador Waldemir Moka, diz que ela, como Governadora, imagina que, para todos os Prefeitos... Hoje a responsabilidade de manter todos os programas sociais que foram criados Brasil afora está na ponta, e essa responsabilidade é principalmente de Prefeitos e Governadores.

Eu quero falar aqui, Sr. Ministro, de outro assunto, que também é relevante para o Mato Grosso, meu Estado. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e os outros Estados do



Centro-Oeste são os maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas hoje no Brasil. E o fundo de compensação oriundo da Lei Kandir é fundamental para fazer com que Estados como os nossos, que têm contribuído para o Brasil, têm respondido ao Brasil aumentando a sua produção a cada ano, com índices muito altos de produtividade, possam ter condições de continuar com sua produção, principalmente no caso do Mato Grosso. Como eu tenho dito, Sr. Presidente Mário, o Mato Grosso sozinho tem capacidade de produzir tudo o que o Brasil produz em termos de produtos agropecuários. Somos uma frente de abertura, uma nova fronteira agrícola com muito por ser aberto ainda. Então, a infraestrutura é fundamental para nosso Estado. Esses recursos da compensação das exportações são fundamentais. Hoje existe a Lei Kandir, o instrumento que o País tem também para fomentar as exportações.

Eu quero cumprimentar também, Ministro Esteves, o Jorge Aguiar e toda a sua equipe que aqui está e também o Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Eu estou aqui acompanhado do Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios.

Todos sabem que o Fundo de Compensação das Exportações — FEX vence no dia 31 de dezembro. Então, até o dia 31 de dezembro, a União ainda não está atrasada, mas nós não temos hoje ainda uma dotação orçamentária. Há um projeto que está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos — CAE, mas esta semana mesmo eu me dirigi ao Presidente da República, pedindo que seja feita, como em todos os outros anos, a medida provisória, para que tenhamos condições de ter a dotação orçamentária, para que o Governo possa cumprir isso, o que é fundamental, ainda no Orçamento deste ano, Senador Moka. E tenho certeza de que o Governo não deixará isso para o ano que vem, porque os Municípios, todos eles, estão na condição de ter que encerrar suas contas, principalmente respondendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, e os Governadores também.

Lá no meu Estado, vejam só, eu disputei uma eleição. Eu faço oposição ao atual Governador, mas não faço oposição à população de Mato Grosso.

Ontem mesmo, Senador Moka, o Hospital Regional de Rondonópolis fechou as portas do atendimento, porque o Governo do Estado não está conseguindo fazer o mínimo. Eu sei que nessa área da saúde o Governo Federal está com as suas contas em dia, mas essa questão do FEX é fundamental para a população de Mato Grosso, já que o Estado de Mato



Grosso também é o Estado que mais recebe os recursos do Fundo de Compensação das Exportações.

Então, eu resumo aqui a minha fala, perguntando objetivamente ao Sr. Ministro Esteves se o Governo tem já a definição de mandar uma medida provisória, como o Governo, então, está definindo essa questão do pagamento do FEX para este ano?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte Jr.. Bloco/PP - BA) - Para responder aos dois Senadores, está com a palavra o Sr. Ministro. Antes, porém, vou passar a Presidência ao Senador Dalirio Beber, para dar continuidade aos trabalhos, porque vou relatar rapidamente um PLN. Logo após retornarei, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Quero agradecer à Senadora Fátima Bezerra e ao Senador Wellington Fagundes as observações, as considerações, começando pela Senadora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) - Ministro, eu gostaria de pedir a inversão.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Pode ser também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) - Ela não está presente. Não, ela está aqui! *(Pausa.)*

Senadora, V.Exa. concorda com a inversão?

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) - Não. Eu tenho *(ininteligível)*.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Vai ser rápido.

Só para deixar claro, digo que não há cortes de despesas. As despesas constam do Orçamento. Não há corte nem no BPC nem no Bolsa Família nem na Previdência. Eles todos estão previstos lá.

Também não há dúvida nenhuma quanto ao mérito de todas essas despesas. Todas são absolutamente meritórias. Destaco aqui mais uma vez o Bolsa Família, que é um programa que aonde você vai todos elogiam, um programa muito bem feito, muito bem focalizado.

O que nós temos aqui, pela primeira vez na história, é uma imposição da Constituição. Nós precisamos observar a Constituição, senão o próximo Presidente pode cometer crime de responsabilidade.

O não cumprimento da regra de ouro, diferentemente da regra do teto de gastos, não tem dispositivos que levem ao longo do tempo a você voltar a cumprir o teto de gasto ou



voltar a cumprir a regra de ouro. Ela é quase binária, ou você a cumpre ou você não a cumpre. Se você não cumpre, há pena de responsabilidade. Então é muito complicado você não dar ao próximo Presidente uma situação em que ele possa cumprir ou vir ao Congresso para que ele lhe ajude a cumprir a regra de ouro.

O que nós procuramos fazer foi isto: despesas que comportem 6 a 7 meses de tramitação normal, que é o tempo de o Poder Executivo encaminhar o PLN e o Congresso aprovar esse PLN.

Todas as despesas que aqui estão são despesas absolutamente meritórias. Não há nenhum Congressista que seja contra essas despesas. Não há por que haver resistência, por parte do Congresso, à aprovação de um dispositivo constitucional que está sendo implementado pela primeira vez. Isso é muito importante.

A substituição dessas despesas por outras despesas é muito difícil. Você não tem um conjunto de despesas com porte suficiente para comportar 6 ou 7 meses com tranquilidade. Nós cairíamos na folha de pagamento.

Obviamente o Poder Executivo, em especial o Ministério do Planejamento, está à disposição para discutir junto ao Congresso a LOA, a lei Orçamentária. Então, o que puder ser feito, nós iremos fazer. O que eu estou trazendo são as restrições que existem hoje. Vamos conversar, e o que pudermos fazer nós iremos fazer. Não há dúvida enquanto a isso.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) - O senhor já terminou a resposta pra mim?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Já, Deputada.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) - Ministro, quero só ressaltar o que temos colocado aqui. Veja bem, não podemos — o Congresso não pode fazer isto de maneira nenhuma — não termos a segurança da sustentabilidade orçamentária desses programas, dessas despesas conforme o senhor menciona. Eu sei da sua sensibilidade, eu sei perfeitamente que o senhor sabe que isso é uma tragédia. Se esse orçamento não for recomposto, que medidas podemos adotar?

Volto a colocar que nós estamos falando de algo concreto, de programas que dizem respeito à sobrevivência das pessoas. O senhor, inclusive como técnico, atesta a eficiência desses programas e a necessidade deles. Esse é o debate que nós precisamos fazer.

Enfim, eu me insurjo contra essa ideia de uma regra draconiana de congelamento por 20 anos e, em nome disso, nós condenarmos as pessoas à fome e à miséria. Eu sei que



não é isso o que o senhor defende, de maneira nenhuma. Volto a dizer que sei da sua seriedade como técnico.

O Senador Waldemir Moka, é bom que aqui também se ressalte isso, tem muita sensibilidade. Ele está preocupado com isso. Ele tem dialogado com a entidades.

Eu sei, Senador Moka, quanto V.Exa. é verdadeiro nisso e está empenhado para que nós busquemos saídas. E a saída passa pela tomada de determinadas medidas pelo Congresso Nacional, Senador Dalirio, medidas que tragam segurança do ponto de vista da viabilidade desses programas, dessas ações que são essenciais.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Senadora, não tenho a menor dúvida quanto a isso. Nós estamos à disposição para trabalhar junto com o Congresso para buscar a melhor saída possível diante da situação. Não tenho dúvida quanto a isso.

Com relação ao Senador, nós sabemos da demanda, estamos buscando o espaço. Neste caso específico, sim — não no outro —, o teto do gasto se impõe. Então eu preciso buscar espaço dentro do teto de gasto para eventualmente encaminhar uma medida provisória ou criar um projeto de lei que possa destinar recursos para Estados e Municípios.

Nós precisamos trabalhar e ver se, ao final do ano, vai haver esse espaço ou precisaríamos caracterizar o crédito como extraordinário. Mesmo assim nós também precisamos ter certeza de que haverá espaço dentro da meta fiscal para cumprimento disso.

Nós estamos à disposição para continuar conversando. Essa é uma preocupação que o Presidente já nos trouxe. Nós estamos trabalhando nisso, mas até agora não encontramos ainda o espaço para isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR - MT) - Na verdade, a resposta é muito pior ainda. Se Ministério do Planejamento ainda não tem uma definição...

É importante que a população possa ouvir isso, porque nós somos cobrados, Senador Moka. Seu Estado está na mesma situação, porque a compensação é fruto de um trabalho, de um esforço que cada Estado fez para sua exportação, seguindo aquela máxima de que exportar imposto não é o correto. Mas a compensação é algo com que o Governo tem que ter compromisso.

Se nós não tivermos nem a expectativa definida pelo Orçamento do que será feito, fica aqui uma mensagem muito negativa, principalmente para quem está encerrando o



mandato, porque esses Governos que estão encerrando o mandato também estão com a imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ministro, eu não vou aqui pressioná-lo a ponto de exigir que V.Exa. tenha a resposta final. Eu sei que isso caberá ao Presidente, porque isso é uma decisão política também. Sei também que, no FEX, paga-se se quiser e se puder, se puder e se quiser. Sem dúvida nenhuma, os Estados que têm um volume muito grande a receber desses recursos realmente ficam em uma situação complexa.

Esse é um trabalho do qual sempre estive à frente, porque sei que o meu Estado, o Mato Grosso, e todo o Centro-Oeste têm feito muito o dever de casa. Não haver hoje uma resposta clara e definida gera muito mais intranquilidade em todos aqueles Prefeitos e no Governo do Estado. Os Prefeitos têm que cumprir todos os compromissos, principalmente programas que lá são impostos pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Agradeço as manifestações ao Senador Wellington Fagundes bem como à Senadora Fátima Bezerra.

Agradeço a resposta ao Ministro e o esforço que ele tem feito no sentido de trabalhar em conjunto com a Comissão Mista de Orçamento para que nós possamos atender minimamente essas demandas legítimas de todos os Estados brasileiros e da sociedade brasileira.

Mais três Parlamentares estão inscritos, e gostaríamos de pedir que, na medida do possível, usem um tempo bastante comprimido, para permitir que encerremos esta audiência pública com um saldo positivo de realizações.

Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Senador Dalirio Beber, o Ministro Esteves, o Senador Waldemir Moka, o George Soares, as representantes do FONSEAS e do CONGEMAS, o Cruz, a Carol e a Norma. Cumprimento também, pelo dever de justiça, o Presidente desta Comissão, o Deputado Mário Negromonte Jr., que não está presente na Mesa.

Já faço um registro do meu agradecimento ao Deputado Mário pela atenção especial que deu a esse tema desde a primeira vez em que nós o procuramos. Aqui, Senador, eu falo na condição de Presidente de uma Frente Parlamentar constituída nesta Casa com o apoio de mais de 230 Parlamentares, dos mais variados partidos políticos, fato que mostra que o debate sobre esta pauta não é um cabo de guerra político-eleitoral, uma luta política



pela luta política, mas algo que tem unidade em torno de uma causa nobre e valorosa para o povo brasileiro. Em nome dessa Frente, quero agradecer ao Deputado Mário Negromonte a atenção que ele deu a esta pauta e a possibilidade de realizar esta importante audiência pública.

Sr. Presidente e Sr. Ministro, essa Frente Parlamentar foi constituída no ano passado, quando, semelhantemente ao ocorrido neste ano, foi feito um movimento de contingenciamento do corte da assistência social do País. Os senhores devem se recordar que chegou a quase 98% a primeira proposta, quando começou a ser discutida a assistência social, no exercício de 2018. Então, acendeu-se uma luz amarela, a esta altura já vermelha, em torno deste debate.

Estamos celebrando nesta semana os 30 anos da Constituição. A estruturação da assistência social começou lá atrás, exatamente com a Constituição Cidadã, quando deixamos de tratá-la como um favor e ela passou a ser um direito de todos. De lá para cá, um conjunto de avanços, inclusive normativos, foi estruturando esse sistema. Exatamente 25 anos tem a Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS. Depois dela, houve a própria estruturação do SUAS e a criação de planos decenais.

Mas o fato é que, no ano passado, percebemos que precisamos ter um cuidado maior com essa grande rede de proteção social, que beneficia a população mais vulnerável do País, justamente aquela à qual o Estado brasileiro, em algum momento, já negou o direito de ser cidadã. Esta aqui é uma política de reparação, de proteção dessas pessoas, que, durante sua trajetória de vida, não tiveram acesso a todos os direitos do cidadão.

No ano passado, constituímos essa Frente e fizemos esse mesmo movimento e esse mesmo debate. Conseguimos uma parte do resultado disso fruto sobretudo da articulação daqueles que operam o sistema. Aqueles que estão na ponta, o FONSEAS, o CONGEMAS, o Conselho Nacional de Assistência Social, o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS e o Fórum dos Trabalhadores do SUAS pressionaram esta Casa para que recompuséssemos uma parte.

Aqui eu já faço a primeira indagação; vou discorrer sobre outros pontos. Em relação àquilo que foi discutido lá atrás, há neste ano de 2018 uma pendência para o fechamento do exercício relativo à assistência social. Eu estou dizendo isso porque V.Exa. disse que vai repetir ou chegar perto daquilo que foi executado no ano anterior, que não foi suficiente. Estou falando só da gestão, exclusivamente da gestão do SUAS. Há informações de que



em torno de 800 milhões de reais são necessários como suplementação para o fechamento de 2018, senão não sabemos como este ano vai se fechar. Esse é um ponto.

Para 2019, além do corte da gestão, nós avançamos sobre o pagamento de benefícios. Passamos o ano de 2019 trabalhando só — entre aspas — em cima da gestão. Nós não estamos reduzindo o problema drástico que isso está causando na vida das pessoas. Mas, em 2019, estão previstos benefícios e Bolsa Família.

A primeira pergunta é a seguinte: O que vai acontecer em relação à reposição deste ano? Nós gostaríamos de ter uma resposta objetiva de V.Exa. sobre esse ponto, porque eu imagino que já deva ter algum estudo sobre esse assunto, para que tranquilizemos os gestores que estão aguardando lá na ponta, que deixaram até alguma despesa empenhada para o ano seguinte. Na prática, essa é apenas a garantia de que pode haver um crédito que poderá ser buscado lá na frente. É isso que se está buscando neste primeiro momento, Senador Moka.

Na condição de Presidente da Frente Parlamentar e Líder do PSB nesta Casa, Senador, eu queria pedir mais um pouquinho de tempo para concluir a segunda parte. Eu não vou ser redundante em relação a tudo o que foi dito aqui.

O segundo ponto é a questão das despesas de 2019. Refiro-me ao valor de 1,5 bilhão de reais e ao valor de 45 bilhões de reais para o pagamento de benefícios. A preocupação principal neste momento é o valor de 1,5 bilhão de reais, para que refaçamos a reposição.

V.Exa. disse: *"Não, isso nós iremos buscar, estamos fazendo um esforço"*. Eu acho que, de fato, com relação à resposta estruturante, diferentemente da leitura que se tem dela — a Senadora Fátima falou sobre isso aqui —, nós iremos fazer um debate sobre a PEC do Teto dos Gastos Públicos. Alguma coisa vai ser discutida sobre isso, porque nós não vamos suportar ter que passar por esse tipo de procedimento a cada ano, durante 20 anos.

Preocupo-me, Ministro, quando V.Exa. diz: *"Não, nós vamos recompor, vamos arrumar umas emendas que estão na bancada"*. Na prática, nós não deveríamos igualar o Orçamento de 2019 ao de 2018, que já está aquém em 800 milhões de reais, mas ampliá-lo, em função da crise que nós estamos vivendo. Essa crise faz com que haja uma sobrecarga do Estado brasileiro, no sentido de proteger essas pessoas. A vulnerabilidade social aumentou nos últimos anos. Esses dados são estatísticos. V.Exa. sabe disso também. Repetir não resolve. O fato é que nós precisávamos ter mais recursos para esses serviços, além da própria gestão.



Surge o debate das despesas condicionadas. Pegando uma frase de V.Exa., afirmo que não há risco em torno do Bolsa Família, porque se trata de um programa de sucesso. Não há questionamentos em relação a isso. O fato é que o ambiente nos permite ter essa segurança, Ministro.

De forma muito franca e sincera, se há uma coisa que está presente na vida do Brasil hoje é a incerteza. Essa incerteza paira sobre tudo, inclusive sobre esses programas de proteção social. Nós não temos certeza de que de fato isso vai ser preservado. Isso é fruto inclusive do resultado da manifestação soberana do povo nas urnas, que tem que ser respeitado. Nós sabemos ou temos, pelo menos, a ideia de que vai chegar aqui outra bancada. Vão chegar a esta Casa 250 novos Parlamentares. No Senado, haverá dois terços de renovação, Senador Dalirio, e eu não sei o que essas pessoas pensam objetivamente. Nós não temos certeza se podemos considerar o programa Bolsa Família como algo certo e resolvido simplesmente por causa de um crédito adicional que vai chegar aqui.

Eu queria fazer uma provocação a V.Exa. sobre essa opção, que é política. Permita-me dizer — e V.Exa. sabe disso — que o Orçamento é uma peça política, é o resultado de escolhas que são feitas. E foi feita a escolha política de se colocar 45 bilhões de reais, para o atendimento da população mais vulnerável deste País, condicionada a uma decisão desta Casa que vai ocorrer no que vem, imaginando que nada vai dar errado. Mas nós precisamos combinar isso com os russos. Essa é a questão.

Eu não vou apontar caminhos, porque quem mais conhece de Orçamento é a sua equipe que está aí. Contudo, eu faço um apelo a V.Exa. para que faça uma reflexão a fim de encontrar outras despesas condicionadas, que não o Bolsa Família, que não o Benefício de Prestação Continuada — BPC. É difícil, Ministro, explicar isso à sociedade brasileira.

Por exemplo, esta Casa aprovou ontem — e ainda continua a fazer — mais renúncias fiscais. Isso é opção política. O Estado brasileiro dá 200 milhões de reais, 300 milhões de reais, não sei qual é o número exato, de renúncias fiscais, imaginando que isso vai gerar desenvolvimento e inclusão social. Nós estamos falando aqui de 40 bilhões de reais e de 1,5 bilhão de reais para 30 milhões, 40 milhões de brasileiros. O que se tem de serviço da dívida? O que fizeram na semana passada?

Em nome do equilíbrio fiscal — e aqui eu defendo o equilíbrio fiscal —, eu espero uma posição de responsabilidade de quem também o defende. Mas o que esta Casa aprovou



de aumento para a Justiça representa duas vezes, Ministro, Senador Dalirio, ou quase três vezes o que estamos querendo colocar aqui para a gestão do Sistema Único de Assistência Social — SUAS, que é de 1,5 bilhão de reais. Nós concedemos aqui 4 bilhões de reais para uma parcela.

Eu respeito a Justiça, eu sou servidor público também, mas, convenhamos, há uma larga diferença entre receber um salário de 33 mil reais e a realidade que nós estamos comentando aqui, de quem recebe BPC.

Em nome do equilíbrio, eu espero que o Presidente Temer reflita se vai ou não sancionar isso, já que nós estamos falando em equilíbrio fiscal, porque a grande discussão que nós estamos tendo aqui é de equilíbrio fiscal.

Em nome do povo mais vulnerável deste País, apelo para V. Exa., com a sabedoria e competência técnica que tem, com os quadros que fazem o Ministério; para a relatoria; para o Senador Moka; para o próprio Presidente Mário Negromonte Jr., no sentido de que encontrem outros caminhos que não seja o de colocar o SUAS em despesas condicionadas.

Só para fechar essa discussão, quero dizer que sou — não sei se V.Exa. sabe — simplesmente um porta-voz. A autoria desta PEC é do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social — FONSEAS, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social — CONGEMAS, do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS e do Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS. Eu sou simplesmente o porta-voz de uma PEC nesta Casa que garante apenas 1%. Trata-se de uma vinculação.

Eu não estava aqui, mas tomei conhecimento de que V.Exa., na sua explanação, fez muita referência às realidades da saúde e da educação, que são duas realidades importantes que precisam ser valorizadas, porque têm uma enorme capilaridade e porque são fontes seguras de proteção a essas políticas. Não queremos mais passar por esse constrangimento. Não podemos estar aqui tendo essa conversa todo ano com o pires na mão. Nós queremos destinar apenas 1% da receita corrente líquida, para que sejam garantidos a gestão e os serviços do Sistema Único da Assistência Social. Aprovando isso, V.Exa. poderia se manifestar depois sobre essa proposta, para que possamos desdobrar essa questão com o novo Congresso e não termos que estar aqui todo ano discutindo esse tema. É isso.



Eu queria agradecer ao Senador Dalirio e parabenizá-lo. Gostaria também de agradecer a presença de V.Exa. aqui, Ministro. Eu sei que V.Exa. já esteve aqui em outra oportunidade e, ao retornar para fazer esse debate, V.Exa. mostra que está disposto a fazer um ambiente de diálogo e construir um caminho melhor. Eu sei, com certeza, que é isso que todo o mundo quer.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Com certeza, Deputado Danilo. Nós temos tido manifestações claras de comprometimento por parte do Ministério do Planejamento no sentido de construir as alternativas que nos permitam atender a essas demandas, que são entendidas pelos Parlamentares como indispensáveis, e que são compreendidas pelos, digamos, técnicos do próprio Ministério, uma vez que eles têm grande sensibilidade.

Tivemos o privilégio de conviver durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e percebemos que, nesse debate, nesse diálogo, se busca de fato encontrar os caminhos que nos permitam atender minimamente essas questões.

Tem a palavra o nosso Ministro Colnago. Depois, terá a palavra o Deputado Júlio. Finalizando, nós teremos a manifestação do Senador Moka, que é o Relator-Geral da Lei Orçamentária deste ano e apenas saiu para dar quórum no Senado.

Com a palavra o Ministro Colnago.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Vou começar pelo Orçamento. A peça orçamentária, como foi mostrado, tem uma rigidez crescente. Então, acho que este ano ela vai alcançar 93%. Caminha para 97% e, se for mais à frente, chegará a quase 100%. Isso garante recursos para algumas áreas, mas, ao mesmo tempo, tira a flexibilidade de políticas de outras áreas. Então, é importante que se dê a possibilidade de o Orçamento ser discutido no Congresso como um todo.

É importante que se diminua esse enrijecimento. Eu sei que há uma preocupação para com a assistência, como há para com a saúde, como há para com a educação, como há para com diversos outros setores. Mas o Orçamento tem um objetivo. Ele foi criado para o Congresso ter a liberdade de decidir onde melhor alocar os recursos. O Executivo propõe uma peça orçamentária, mas a lei orçamentária é feita no Congresso. Então, precisamos dar a possibilidade de o Congresso ter essa prerrogativa. O que nós fazemos, sistematicamente, é enrijecer mais.



Nós atendemos, obviamente, preocupações meritórias, mas congelamos preocupações no tempo. Aquilo que era muito meritório há 5, 6 anos atrás talvez não seja mais tão meritório hoje. Talvez eu precise realocar recursos para outras áreas. Então, o que eu acho — e o Congresso dá provas disso — é que podemos caminhar não para enrijecer mais, mas, sim, para tornar a peça orçamentária mais flexível, a fim de atender as nossas preocupações.

Outro problema, sobre o qual o Deputado falou, é que há recorrentemente aprovações em que se diminui a capacidade do Orçamento de atender políticas, seja concedendo mais benefícios, seja prorrogando mais benefícios. O Orçamento, infelizmente, é limitado. Ele não é ilimitado.

Hoje já temos uma tributação muito elevada sobre a nossa sociedade, o que nos tira a competitividade. Então, se eu continuar criando obrigações sem olhar a obrigação mais importante, eu passo a ter mais endividamento ou mais tributação. Mais endividamento ou mais tributação vai levar o País a ser menos competitivo. Então, eu entro num círculo vicioso. Em vez de o País crescer e gerar benefícios para toda a sociedade, ele tende a perder competitividade. Eu vou ficar com um espaço cada vez menor para dar benefício à sociedade. Então, eu preciso quebrar esse círculo vicioso. Eu preciso buscar, dentro das despesas que tenho hoje, as mais prioritárias.

Vou dar um exemplo aqui — e a CMO nos ajudou muito. Há um conjunto de emendas parlamentares que são colocadas anualmente. A CMO passou um ofício para todos os Parlamentares solicitando que eles alocassem suas emendas em obras em andamento, obras estruturais do PAC ou obras de convênio. Hoje nós temos uma carteira do PAC que é enorme! Hoje nós temos uma carteira de convênios em aberto que é enorme! Nós precisamos encerrar obras. Eu preciso não só começar obras, mas entregar obras, para poder prestar o serviço àquela sociedade.

Então, é necessário que se rediscuta prioridades. E esta é a Casa para isso. Quais são as prioridades, dado que tenho um espaço limitado? Eu não posso recorrer sistematicamente à tributação. Nós estamos no quinto ou sexto ano de déficit primário. Vamos ter mais 3 anos. Hoje, o que nos sustenta com alguma credibilidade perante o mercado é a regra do teto do gasto. Ela não é perfeita, mas ela impõe isso que estamos fazendo aqui. O que eu posso fazer? O que é mais importante? Eu acho que isso é muito importante.



Este ano especificamente, de forma proposital, encaminhamos um orçamento que não previu o adiamento do reajuste dos servidores. Há, dentro do conjunto de despesas obrigatórias, 4,7 bilhões de reais. A medida provisória vigendo permite a realocação de despesas obrigatórias para despesas discricionárias. Então, há um espaço para que se aloquem recursos em políticas de Governo.

Nós temos que buscar olhar para saber o que se quer deste Governo. Podemos continuar aumentando as despesas previdenciárias; podemos continuar aumentando o pagamento de pessoal, de servidor. Eu sou servidor. Eu agradeço. Mas o que está acontecendo é que o Governo está virando um pagador de benefícios e de pessoas, e ele pode chegar ao ponto em que alguns Estados e Municípios se encontram hoje. Eles estão com dificuldade de pagar em dia! Isso é muito ruim! Pior do que não ter um aumento é não saber se vai receber ou quando vai receber. Isso desestrutura completamente! Então, é importante saber que política pública se quer perseguir.

Bom, com relação a 2018, nós efetivamente encaminhamos 1 bilhão e 600 milhões. Dado o mérito que existe aqui no Congresso, foram agregadas emendas. Nós imaginamos que também elas vão ser agregadas no próximo ano. E nós temos um limite dentro do Orçamento. Então, há que se fazer essa distribuição. Não há, dentro do Planejamento, isso: *"Não, não vamos atender uma política social importante"*. Nós queremos atender, mas temos um conjunto muito grande de despesas obrigatórias e não temos como não alocar recursos. Então, sobra pouco para um conjunto também importante de coisas. Há investimento; há política de saúde, que não está lá dentro do mínimo; há política do MEC, que não está lá dentro do mínimo. Enfim, há um conjunto de outras coisas que precisam ser observadas.

Mais uma vez estamos à disposição para construir com o Congresso, se nos derem a possibilidade, ajustes no Orçamento. Estamos dispostos a isso.

Com relação à condicionalidade no Bolsa Família e o BPC, o problema aqui não é o teto de gastos. O problema aqui é a regra de ouro, que me coloca a imposição de condicionar o conjunto de despesas. Sim, eu preciso olhar a regra de ouro. Eu preciso fazer uma alteração constitucional para que eu tenha uma regra de ouro que não seja binária: *"Ah, você descumpriu, é crime"*. *"Você cumpriu, tudo bem"*. Se você descumpriu as regras, eu vou criar condições para que você volte a cumpri-las, mas de forma que, eventualmente,



eu não precise condicionar as despesas. Eu crio ajustes automáticos, caso aquilo volte a acontecer.

A regra de ouro nunca foi olhada porque ela nunca foi necessária. Este foi o primeiro ano em que a descumprimos ou estamos na iminência de descumpri-la. Estamos nos ajustando ao disposto constitucional. Obviamente, estamos dispostos aqui também a buscar outras despesas que possam compensar. A única coisa que eu quis deixar claro é que a nossa liberdade com outras despesas é muito restrita e vai cair em folha de pagamento, muito provavelmente.

Então, estamos dispostos. Nós vamos discutir.

Bom, acho que falei tudo.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Permita-me insistir para eu poder compreender melhor a resposta que V.Exa. deu em relação a 2018, em relação aos 800 milhões de reais que faltam para fechar o Orçamento de 2018.

V.Exa. falou em emendas. Isso foi da elaboração do ano passado e fala para 2019. Mas, para este período que está faltando, objetivamente, nós vamos ter um crédito adicional para suprir ou pelo menos para deixar para a programação financeira empenhar, a fim de podermos buscar isso lá na frente?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Está em discussão nesta Casa o PLN 48/18, com um valor próximo desse — acho que foram 805 milhões de reais. Agora cabe a esta Casa discutir a melhor alocação, se vai realmente para o MDS ou não. Nós alocamos. Nós obviamente podemos discutir ainda, daqui até o final do ano, se haverá algum espaço adicional. No dia 6 de dezembro, normalmente, buscamos dos Ministérios e dos órgãos aquilo que não foi empenhado. Então, podemos, neste momento, realocar alguma coisa. Nós não temos tanta liberdade, porque nós já não podemos mais encaminhar projetos de lei, mas nós podemos ver o que pode ser feito por portaria ou algo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSD - SC) - Obrigado, Ministro.

Com a palavra agora o Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gosto muito de comparar as coisas e comparei os números que o senhor trouxe. Eu cheguei já ao final da palestra, mas fiz algumas observações. Por exemplo, o PIB nominal realizado em 2017 foi de 6,5 trilhões de reais. O avaliado para 2018 até o 4º trimestre foi de 6,8 trilhões de reais.



A diferença foi de 4,86%. Mas, na LDO, é 7,549 trilhões de reais. Isso dá 9,74%. Eu acho muito otimismo esse crescimento. Eu fico feliz quando vejo esses números.

Meta Fiscal. Resultado primário do setor público. Eu estou aqui, Sr. Presidente, com o relatório da Receita. Até setembro, a Receita arrecadou 82 bilhões de reais a mais do que no mesmo período do ano passado — só as receitas administradas pela Receita Federal, fora os *royalties*, que cresceram 14 milhões de reais, mas são arrecadados por outras entidades. O total é de 96 bilhões de reais, considerando só as receitas administradas pela Receita e os *royalties* do petróleo, fora outras receitas.

O resultado de 159 bilhões de reais foi aprovado no ano passado e tem crescido muito. Este é um ano em que eu tenho pegado, todos os meses, o relatório da Receita, e tenho constatado que a receita do Governo Federal cresce. Então, quando eu boto a receita da Receita e a receita de outros órgãos, como, por exemplo, os *royalties*, isso dá 96 bilhões de reais. E o negativo continua, desde o ano passado, quando aprovamos o Orçamento, em 159 bilhões de reais.

Outro questionamento, Sr. Presidente, Sr. Ministro, são as transferências por repartição de receita. Todas as receitas do Governo crescem, mas as compartilhadas decrescem.

As receitas compartilhadas com o FPM, FPE, fundos regionais, deram, em percentagem do PIB, em 2017, 3,5%; em 2018, 3,4%; e a projeção para 2019 é de 3,3%. Então, o PIB cresce, como eu disse no começo, até 9%, e as receitas compartilhadas com Estados e Municípios decrescem.

Além do mais, Sr. Presidente, há um questionamento muito grande das entidades estaduais e municipais. Eu participei de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Lewandowski, onde todos os Governadores e Procuradores de Estado reclamavam desse compartilhamento, principalmente das receitas extras que o Governo arrecadou. Há, por exemplo, um relatório de Minas Gerais dizendo que não foram compartilhados, nesses últimos compartilhamentos, 14 bilhões de reais com os Estados e os Municípios.

Eu quero saber, Sr. Ministro, o que o senhor vai dizer sobre a afirmação do Procurador-Geral de Minas Gerais em relação à divisão desse bolo tributário que não foi compartilhado com os Estados e os Municípios.



Além do mais, eu tenho aqui alguns questionamentos sobre a composição das despesas primárias da União. Veja bem, em 2017, as despesas obrigatórias eram 91%. Em 2018, elas caíram para 90% — essas informações estão na pág. 8 os gráficos. Em 2017, eram 91% as despesas primárias; em 2018, 90%. Em 2017, as despesas da Previdência eram 43,6%; em 2018, 42%. Estou falando em percentuais do PIB que constam do relatório que o senhor trouxe. As despesas com pessoal, em 2017, eram 22,2%, e, em 2018, 21,6% — tudo caiu.

Os questionamentos que faço, Sr. Presidente, referem-se ao último relatório.

Limites para os demais Poderes, o MPU e a DPU e Emenda Constitucional nº 95. O Poder Executivo está negativo em 3,362 bilhões de reais, e todos os outros Poderes estão com 3,362 bilhões de reais a mais — o Governo Federal tem a menos, e os outros Poderes têm a mais. O que dizer sobre o que está acontecendo em relação aos outros Poderes?

Além do mais, Sr. Presidente, quanto a essa desoneração estabelecida pelas Medidas Provisórias nºs 540, 563 e 582, presumo que o valor de 3.380 milhões de reais seja aquilo de que acabei de falar.

Por último, o cálculo mínimo na saúde, em 2018, era 112 bilhões de reais, e, no total, 129 bilhões de reais. Na educação, em 2018, era 50 bilhões de reais, e, no total geral, 121 bilhões de reais. Como justificar e financiar tamanha diferença do crescimento, principalmente, da educação, que pulou de 50 para 121,9 bilhões de reais?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Colnago, para que ele teça suas respostas.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR - Obrigado, Deputado Júlio Cesar, pelas considerações.

Com relação ao PIB, ele parece ser muito alto, mas, na realidade, é um valor nominal. Seria importante considerarmos o PIB real. Então, precisamos descontar desse crescimento do PIB a inflação de cada ano.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Mas aqui há uma avaliação que aponta 4,87%. Está no quarto trimestre. Está terminando aqui, e é de 2018.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR - Vou dar um exemplo. Na hora em que eu saio — não sei se dá para colocar o eslaide 2 aí — do PIB de 6,879 trilhões de reais, em 2018, para o de 7,436 milhões, em 2019, eu estou considerando uma inflação de 4,25%. Então, o crescimento real do PIB é de apenas 2,5%, um crescimento baixo. Aqui também



estou considerando a inflação. Parece-nos que houve um crescimento maior do PIB, mas, na realidade, o que interessa para a economia é o crescimento sem a inflação. Por quê? Porque grande parte, um conjunto grande de despesas também é corrigido pela inflação. Não se tem um aumento de riqueza. O aumento de riqueza tem relação com o PIB real. Se nós tivéssemos, como no passado, inflações muito altas, teríamos variações de PIB muito altas, e isso não significaria estarmos bem.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - A projeção para 2019, por exemplo — isso já está na LDO —, mostra um aumento de 9,74% em relação a 2018, e a inflação é bem menor do que a do ano anterior.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Esse é um PIB com inflação. Eu tenho que tirar o deflator do PIB, que é algo próximo da inflação, para você ter o PIB real. O importante aqui não é tanto o número do PIB nominal, mas, sim, o quanto ele está crescendo em termos reais.

Na verdade, o nosso PIB cresce muito pouco. O crescimento de 2,5% é muito pouco para nós. O País precisaria estar crescendo 4%. Voltamos a crescer no ano passado, depois de 2 anos de uma recessão muito forte. Crescemos 1%, mas isso não é nada para nós. Este ano devemos crescer 1,4% ou 1,5%, o que não dá nem para repor o nosso PIB potencial, o nosso salário *per capita*. Isso é muito pouco para a nossa economia. Embora pareça um crescimento robusto, na realidade é um crescimento baixo. Nós precisamos adotar medidas para que cresça ainda mais.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Então faltou o senhor explicar isso aqui.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - É, acho que faltou um pouco de explicação.

Com relação aos *royalties*, nós, efetivamente, de forma proposital, fomos mais conservadores no que se refere às novas concessões de campos de petróleo. A previsão de receita de concessões e permissões que nós temos aqui, de 15 bilhões de reais para o próximo ano, nós entendemos ser conservadora. Então, isso deve ter um valor maior efetivamente. Nós não quisemos criar um orçamento com uma expectativa de recursos que talvez não se concretize. Isso foi feito para facilitar, de alguma forma, a vida do próximo Presidente. Ele vai ter um orçamento conservador ou mais realista.

Nós tivemos realmente um crescimento muito forte na parte de exploração de recursos naturais, com a desvalorização da nossa moeda e o preço do petróleo Brent.



Tivemos uma produção forte de petróleo, que nos permitiu sair de 36 bilhões de reais em 2017 e chegar a 60 bilhões de reais em 2018, e projetamos chegar a 73 bilhões de reais em 2019. Esse é um crescimento muito forte, mas tem muito aqui da desvalorização da nossa moeda.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Mas aqui está dando quase 14 bilhões de reais de crescimento em 2018, em relação a 2017, de janeiro a setembro.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Mas pode ser isso mesmo, porque tivemos um crescimento muito forte.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Eu estou com o relatório da Receita.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Pode ser. Dentro do conjunto total de receitas, isso ajuda, mas não resolve, tanto que vamos apresentar um déficit este ano, que deve ser menor do que os 159 bilhões de reais, que é a meta. Eu não posso ultrapassar 159 bilhões de reais de déficit. O que eu fizer abaixo de 159 bilhões de reais não tem problema e é até bom, porque eu estou tendo um endividamento menor do que aquilo que estava estipulado, mas aquilo ali é o máximo, eu não posso ultrapassar o máximo.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Mas até setembro — eu estou com o relatório da Receita — já se tem 82 bilhões de reais nominais.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - De crescimento da receita?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - É, e um crescimento real de quase 70 bilhões de reais, só em 9 meses. Esses são dados da Receita Federal. Eu estou vendo mês a mês.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Realmente, em todo relatório bimestral, principalmente a partir do relatório de julho, nós temos reconhecido que a receita está vindo acima do que projetávamos.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Muito acima.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Nós estamos incorporando essas receitas aos nossos relatórios bimestrais. Abrimos também alguns créditos, com base nesse crescimento da receita, e imaginamos que no final do ano vamos ter um resultado melhor do que os 159 bilhões de reais.



O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Mas os créditos que vêm aqui para esta Casa, Ministro, são do superávit do ano passado. Inclusive, hoje nós votamos um de 9 bilhões e tanto para atender à deficiência da distribuição...

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Das transferências para Estados e Municípios.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Isso, mas foi por um excesso de arrecadação do ano passado, não é deste ano.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Não, é deste ano. Nós previmos uma arrecadação de *royalties* menor da que está acontecendo. Isso está nos permitindo uma distribuição para Estados e Municípios de 9 bilhões e alguma coisa — é um dos PLNs que está aqui. Então, há uma transferência para Estados e Municípios, e pelo jeito já foi aprovado o PLN.

Com relação à DRU, não sei se o senhor perguntou isso.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Não, eu falei sobre a repatriação. O Estado de Minas tem alguns estudos que apontam que ainda falta compartilhar 14 bilhões de reais com Estados e Municípios. Eu tenho um parecer sobre isso. Foi objeto de audiência no Supremo, que concedeu 60 dias para que o Governo prestasse esclarecimentos sobre essa demanda dos Estados e Municípios.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Refere-se à Lei Kandir?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Refere-se à repatriação. Segundo o Procurador, boa parte do que foi arrecadado não foi compartilhado com os Estados e Municípios.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Deputado, infelizmente desse assunto eu não sei. O que eu sei é de uma discussão com relação aos impostos desvinculados pela DRU — se seria ou não devida a transferência para Estados e Municípios. Nós entendemos que não, porque você não muda a origem do tributo. Se o tributo original não tinha repartição com Estados e Municípios, o fato de eu aplicar a DRU também não modifica isso. Com relação à Lei Kandir, nós estamos discutindo.

Com relação aos outros Poderes, nós efetivamente fomos ao teto do que a emenda constitucional nos permite para distribuição aos outros Poderes. Nós aumentamos a ajuda de 2,1 bilhões de reais para 3,3 bilhões de reais. Portanto, nós fizemos uma transferência a mais para os outros Poderes de 1,1 bilhão de reais em relação àquilo que faríamos. Houve efetivamente um aumento da transferência do Poder Executivo.



O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - O senhor fala em bilhão, mas isso em percentual não dá 1%. O total compartilhado com Estados e Municípios é 200 e tantos bilhões mais o fundo constitucional. Então, 1 bilhão não é nada.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Mas eu estou falando de outros Poderes e não posso ir além disso, porque a Constituição não me permite. Estou indo no máximo que a Constituição me permite de transferência aos demais Poderes: Judiciário, Legislativo, Defensoria Pública.

Por último, com relação ao mínimo da educação, nós estamos comparando o mínimo que é determinado legalmente, que seria de 52 bilhões de reais. Nós tínhamos o mínimo, em 2018, de 50,450 bilhões de reais. Esse mínimo, corrigido pelo IPCA, chegaria a 52,665 bilhões de reais. Então, no mínimo, nós teríamos que distribuir isso. Estamos alocando 70 bilhões de reais para a educação. Há um excesso de 17,7 bilhões de reais para a educação. Além disso, há um conjunto de 51,6 bilhões de reais que nós também estamos alocando na educação e que não compõe o mínimo. Então, nós estamos colocando 70 bilhões de reais para atender ao mínimo. Isso é um excesso.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - O mínimo era 50 bilhões de reais, agora vai para 121 bilhões de reais.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Não, o mínimo era 50 bilhões em 2018. Passou para 52,662 bilhões, que é a segunda linha.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Total geral da educação: 121 bilhões de reais.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Isso. Dentro desses 121,963 bilhões de reais, o obrigatório, o mínimo que eu deveria alocar é 52,665 bilhões de reais. Tudo o que excede os 52,665 bilhões não é obrigatório ser alocado por parte do Poder Executivo, mas ele aloca. A minha obrigação se resume a 52,665 bilhões.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Essa é a primeira vez que eu vejo crescer tamanha aplicação em educação no Brasil.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Não está crescendo. No ano passado, deve ter sido uns 110 bilhões de reais.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - A saúde era 112 bilhões de reais e foi para 129 bilhões de reais. A educação era 50 bilhões de reais e foi para 121 bilhões de reais. Está na página 20.



O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Vou pegar a saúde, porque eu acho que é mais fácil de entender.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Não é que eu seja contra, não. Quero saber onde arrumaram esse dinheiro.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Hoje, a educação é 125 bilhões de reais.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Mas isso não está escrito aqui. Vocês não escreveram.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - É porque o quadro não tinha o objetivo de comparar os valores deste ano com os do ano passado. O objetivo do quadro era demonstrar que nós estamos cumprindo o mínimo nos dois casos, tanto em educação quanto em saúde. Nós estamos comparando o mínimo dos dois nos exercícios de 2018 e 2019 e o quanto estamos alocando. Estamos mostrando se há ou não excesso em relação ao mínimo — há excesso nos dois casos — e se algum outro recurso está sendo alocado para essas duas áreas.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Mas, por exemplo, o mínimo da saúde é 12 bilhões de reais, e o mínimo da educação é 51 bilhões de reais.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - O mínimo da saúde, em 2018, era 112,360 bilhões de reais. Corrigido pela inflação, ele vai para 117,293 bilhões de reais.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Então aqui há duas regras: uma para saúde e outra para educação.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - É, as regras são diferentes.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) - Eu estou comparando dados que estão um ao lado do outro.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar. Obrigado, Ministro.

Nós vamos finalizar a nossa audiência pública com a palavra do nosso Senador Waldemir Moka, que tem a responsabilidade de, juntamente com o Ministério do Planejamento e os relatores setoriais, fazer com que nós possamos assentar na peça



orçamentária de 2019 todas as demandas trazidas pelos Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento.

Tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (MDB - MS) - Quero cumprimentar o Presidente, meu amigo Senador Dalirio, e dizer da alegria, Ministro, de estar aqui. Cumprimento também o Dr. George.

Eu permaneci só ouvindo, até porque votei a responsabilidade de fechar.

Hoje foi apresentado o relatório de receita, e nós ainda não temos os relatórios setoriais. Então, é muito difícil querer dizer alguma coisa neste momento. De tudo o que foi dito, algo me chamou a atenção. E eu disse à Senadora Fátima Bezerra que é muito difícil, nesse montante, recompor 46,5 bilhões de reais. Eu acho difícil. E concordo que não houve corte, o recurso está em outra forma, em uma receita que, evidentemente, depende de autorização do Congresso Nacional. Também concordo com o argumento de que qualquer outro recurso não teria o mesmo apelo, para a aprovação pelo futuro Congresso, que têm os recursos para o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Mas o que me chamou a atenção é que, conforme colocado pela Sra. Norma Suely e pelo Sr. José Ferreira da Cruz, esse 1,5 bilhão de reais vai fazer com que os serviços na ponta aconteçam. Esse é basicamente o recurso para assegurar toda essa rede de proteção social que se montou.

Eu perguntaria, da forma mais objetiva possível, se haveria a oportunidade de, nesse aspecto, trocar ou colocar esse valor de 1,5 bilhão de reais dentro da Lei Orçamentária, porque aí nós estaríamos garantindo, no mínimo, o funcionamento desses serviços. Eu sei da dificuldade. V.Exa. não precisa me responder agora, de imediato, mas, se quiser, será importante, porque eu gostaria de, minimamente, sinalizar algo para as pessoas que aqui ouviram todas as colocações. A argumentação é muito forte, realmente. Como os Municípios, como os Estados vão manter os serviços na ponta sem esses recursos? Por mais que eu tenha ouvido aqui que, por 6 meses... E eu tenho certeza de que essa afirmação também é correta e não tenho por que colocá-la em dúvida, mas eu acho que seria uma forma de o Congresso ou de esta Comissão responder, minimamente, a essas questões sociais.

É claro que não há como trocar 46 bilhões de reais. Não há como! É muito mais fácil o futuro Congresso aprovar esse montante diante do apelo social que vai haver do que colocar várias fontes com valores menores até chegar a esse valor de 46 bilhões de reais.



Eu quero apenas tentar contribuir para este debate que fatalmente será travado aqui quando da aprovação da Lei Orçamentária, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Senador, nós estamos absolutamente à disposição para reforçar a dotação orçamentária de 1,5 bilhão de reais. Na realidade, estamos prevendo 1,6 bilhão de reais para a execução desse serviço. Nós podemos pensar em emendas ou, enfim, olhar dentro do próprio Orçamento como faríamos para reforçá-la. Ela não está dentro da regra de ouro, mas o seu reforço seria muito importante.

O SR. WALDEMIR MOKA (MDB - MS) - É exatamente o que a Sra. Norma Suely disse: todas as outras estão dentro dessa fonte, ou seja, quando aprovado o PLN, automaticamente elas estariam aprovadas. Mas não há garantia para esse recurso de 1,5 bilhão de reais, que vai fazer, na prática, lá na ponta, o serviço funcionar.

Eu não sei se eu estou sendo claro. Diante da minha limitação, é possível que eu não esteja sendo claro, mas estou tentando contribuir para o debate, até para fazermos encaminhamentos. Eu tenho certeza de que haverá um debate muito duro aqui na Comissão se nós não tivermos, pelo menos, como garantir esses serviços na ponta.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Nós vamos encerrar a nossa reunião.

Vou passar a palavra para o Ministro, se ele quiser fazer alguma colocação extra.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

O Ministério do Planejamento está à disposição para contribuir para a construção da peça orçamentária. Vamos buscar meios para que esse 1,5 ou 1,6 bilhão de reais fique um pouco mais protegido de um eventual bloqueio ou contingenciamento — talvez seja esta a preocupação — e vamos buscar alternativas para reforçar as dotações que o Congresso entenda mais pertinentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. PSDB - SC) - Em nome do nosso Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Mário Negromonte Jr., Deputado Federal, eu gostaria de agradecer o comparecimento a todos, em especial ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Esteves Pedro Colnago Junior; ao Secretário de Orçamento



Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. George Alberto de Aguiar Soares; a toda a equipe técnica do Ministério; aos representantes dos órgãos de assistência social; aos Srs. e Sras. Parlamentares; e aos assessores e servidores das duas Casas. Agradeço também ao nosso Relator, Senador Waldemir Moka.

Declaro, portanto, encerrada esta audiência pública, mais uma vez agradecendo a todos.